

CONCORRÊNCIA NACIONAL NF 0032-19

SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE EVENTOS
INTERNOS E EXTERNOS PARA A ITAIPU

ADITAMENTO 3

I) Em conformidade com o disposto em 1.4.2 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência Nacional NF 0032-19, a ITAIPU altera o subitem 2.7.4 do CBC, conforme a seguir:

DE:

(...)

2.7.4 O resultado da pontuação total de cada proposta comercial será obtido mediante a aplicação da fórmula seguinte:

$$IPC = ITa + IPrh + IPeq + IPmc + \text{IPab} + IPda + IPme + IPTp + IPle + IPpc$$

onde:

IPC = Índice da Proposta Comercial
ITa = Índice de Taxa de Administração
IPrh = Índice de Preços para Serviços de Recursos Humanos
IPeq = Índice de Preços para Equipamentos
IPmc = Índice de Preços para Material de Consumo
~~IPab = Índice de Preços para Alimentos e Bebidas~~
IPda = Índice de Preços para Decoração
IPme = Índice de Preços para Instalação e Montagem de Estandes
IPTp = Índice de Preços para Transporte
IPle = Índice de Preços para Locação de Espaços e Outros
IPpc = Índice de Preços para Gestão de Hotsite e Inscrições e Planejamento e Coordenação de Eventos
(...)

PARA:

(...)

2.7.4 O resultado da pontuação total de cada proposta comercial será obtido mediante a aplicação da fórmula seguinte:

$$IPC = ITa + IPrh + IPeq + IPmc + IPda + IPme + IPTp + IPle + IPpc$$

onde:

IPC = Índice da Proposta Comercial
ITa = Índice de Taxa de Administração
IPrh = Índice de Preços para Serviços de Recursos Humanos
IPeq = Índice de Preços para Equipamentos e Utilitários
IPmc = Índice de Preços para Material de Consumo
IPda = Índice de Preços para Decoração
IPme = Índice de Preços para Instalação e Montagem de Estandes
IPTp = Índice de Preços para Transporte
IPle = Índice de Preços para Locação de Espaço Físico, Alimentação Bebidas e demais serviços
IPpc = Índice de Preços para Gestão de Hotsite e Inscrições e Planejamento e Coordenação de Eventos
(...)

- II) Disponibiliza, em anexo a este aditamento, o Caderno de Bases e Condições, revisado, conforme as alterações supracitadas.
- III) Confere publicidade à impugnação, bem como à sua resposta, conforme anexos “A” e “B” deste Aditamento:
- Anexo A - Impugnação ao Caderno de Bases e Condições;
 - Anexo B - Resposta à Impugnação.
- IV) Permanecem inalteradas as demais condições contidas no Caderno de Bases da Concorrência Nacional NF 0032-19.

Emitido por: Divisão de Suporte Técnico	Data de emissão: 23 de maio de 2019
---	-------------------------------------

ANEXO A

IMPUGNAÇÃO AO CADERNO DE BASES E CONDIÇÕES



AO PRESIDENTE / PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ITAIPU BINACIONAL

CONCORRÊNCIA NACIONAL

NF – 0032-19

FAÇA PRODUÇÕES LTDA, sociedade empresária, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.862.596/0001-39, com sede de suas atividades no endereço sito à Rua Monte Branco, n.º 261, Belo Horizonte, MG, CEP 30480-570, vem, por seu procurador propor a presente

IMPUGNAÇÃO À REGRA CONTIDA NO CADERNO DE BASES E CONDIÇÕES (CBC) E ANEXOS

segundo as razões que passa a expor e com fundamento no item 1.9.1 do Instrumento Convocatório, na Norma Geral de Licitação da ITAIPU e da Lei Federal n.º 8.666/93.

“1.9 IMPUGNAÇÃO

1.9.1 Qualquer pessoa interessada e parte legítima para impugnar este CBC, observado, sob pena de preclusão, o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de entrega dos invólucros contendo a proposta comercial e a documentação para a habilitação.”

Por esta entidade binacional de direito internacional público foi expedido o instrumento convocatório (CBC) ora impugnado, cujo objeto consiste na seleção da proposta mais vantajosa para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação de eventos, incluindo a viabilização de infraestrutura e fornecimento de apoio logístico, para atendimento da ITAIPU, em todo o território nacional e eventualmente internacional, conforme detalhado nas Especificações Técnicas

Após criteriosa análise do texto do CBC e anexos, observa-se que a Comissão de Licitação não se cercou dos cuidados necessários na elaboração do documento, exigindo a comprovação da capacidade técnica através de meios que limitam a participação do maior número possível de licitantes, conforme será abaixo demonstrado.

Inicialmente, é necessário expor as exigências estabelecidas para comprovação da capacidade técnica, vejamos:

“1.4 Habilitação Técnica

1.4.1 Para fins de comprovação da capacidade técnica, a proponente deverá comprovar aptidão, por meio da apresentação de Atestado(s) ou certificado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter o proponente:



a) executado os serviços de planejamento, organização e coordenação completa de 2 (dois) eventos com mais de 3.000 pessoas, sendo eles dentre as seguintes espécies: congressos, seminários, fóruns, comemorações empresariais, conferências, encontros empresariais, convenção;
b) executado os serviços de planejamento, organização e coordenação completa de 4 (quatro) eventos com público de 1.000 a 3.000 pessoas, sendo eles dentre as seguintes espécies: seminários, fóruns, comemorações empresariais, conferências, encontros empresariais, convenção, workshop, solenidades de inauguração ou posse, palestras;(..."

Conforme se pode verificar na simples análise do texto, observa-se a exigência de comprovação de realização dos seguintes eventos: **congressos, seminários, fóruns, comemorações empresariais, conferências, encontros empresariais, convenção, workshop, solenidades de inauguração ou posse, palestras.**

Ocorre que os serviços a serem executados durante a realização dos eventos acima mencionados não são exclusivos de eventos de natureza corporativa, podendo os mesmos serviços ser executados em eventos de outras naturezas, tais como: esportiva, cultural e etc.

Observa-se que o ponto central da verificação da capacidade técnica não deve ser a natureza do evento em si, mas sim a capacidade das empresas licitantes de prestarem os serviços pormenorizadamente descritos no Anexo IV do edital de licitação.

Ou seja, deve a Licitante se ater à comprovação da expertise dos serviços descritos no Anexo IV, pouco importando a natureza do evento em si, já que o serviço a ser executado será sempre único.

Em outras palavras, serviços de “apresentador”, “eletricista”, “garçom”, “mestre de cerimônia” dentre outros, serão sempre os mesmos serviços e demandarão sempre os mesmos níveis de exigências, comprometimento e expertise, independentemente se o evento é corporativo, cultural ou de qualquer outra natureza.

Frise-se que a exigência de comprovação de realização de eventos de **congressos, seminários, fóruns, comemorações empresariais, conferências, encontros empresariais, convenção, workshop, solenidades de inauguração ou posse, palestras**, limitará a participação do maior número possível de interessados, inviabilizando assim a escolha do melhor serviço, pelo menor preço, já que pode haver empresas com grande capacitação técnica no serviço que será efetivamente executado, mas que não os tenha prestado, especificamente, nos eventos acima arrolados.

Ademais, a comprovação de execução, por exemplo, de serviços de “apresentador”, “eletricista”, “garçom”, “mestre de cerimônia” em eventos de **congressos, seminários, fóruns, comemorações empresariais, conferências, encontros empresariais, convenção, workshop, solenidades de inauguração ou posse, palestras** não comprova que a empresa licitante possa oferecer o melhor serviço pelo menor preço. Daí a necessidade de se expandir a natureza dos eventos e centralizar a comprovação da qualificação técnica na efetiva comprovação da expertise para os serviços arrolados no Anexo IV do edital de licitação.

Ainda quanto à exigência ora impugnada, não podemos deixar de observar que a mesma viola o princípio da igualdade ou isonomia, previsto tanto no art. 2º da Norma Geral de Licitação da ITAIPU, como no art. 3º da Lei 8.666/93, vejamos:

Norma Geral de Licitação da ITAIPU:

*“Art. 2º - **Os princípios básicos que regem os processos e procedimentos disciplinados nesta Norma são os da igualdade ou isonomia**, da legalidade, da moralidade, da probidade, da impessoalidade, da razoabilidade e proporcionalidade, da economicidade, da competitividade, da celeridade, da publicidade, da ampla defesa e do contraditório, da eficiência administrativa, bem como aqueles princípios que lhes são correlatos e, para as licitações, prevalecerão, ademais, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.” (grifo nosso)*

Lei 8.666/93:

*“Art. 3º **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório” (grifo nosso)*

Ainda quanto à legislação aplicável, não podemos deixar de mencionar que o CBC em seu item 1.2.2 estabelece que, no que couber, ao presente procedimento será aplicada a legislação brasileira, vejamos:

“1.2.2 Característica da Licitação

*Na forma do Tratado celebrado entre o Brasil e o Paraguai em 26/4/73, a presente licitação será regida pela Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, **aplicando-se, no que couber, a legislação brasileira.**” (grifo nosso)*

Desta forma, diante de tal previsão e da exigência ora impugnada, é evidente que ao presente caso aplica-se a previsão contida no art. 30, § 5º, da Lei 8.666/93, quanto aos documentos necessários para comprovação da capacidade técnica, vejamos:

*“§ 5º **É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações** de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, **que inibam a participação na licitação.**”*

Diante do acima exposto, é inquestionável que a exigência de comprovação de execução de serviços de planejamento, organização e coordenação completa em eventos de **congressos, seminários, fóruns, comemorações empresariais, conferências, encontros empresariais, convenção, workshop, solenidades de inauguração ou posse, palestras**, especificamente, viola os ditames da lei, notadamente dos princípios aplicados ao procedimento sob análise, já que limita a participação do maior número possível de interessados, o que comprova o tratamento diferenciado dado àqueles que apesar de terem grande capacidade técnica no objeto licitado, não prestaram o serviço nos eventos acima referenciados.

Sendo assim, evidencia-se a plena necessidade de se retificar o CBC e Anexos ora impugnados, sob pena de cometimento de ato investido de ilegalidade, o que enseja a violação do direito líquido e certo, apto a manejar Mandado de Segurança.

Frisa-se que a retificação ora pleiteada, atenderá, criteriosamente, as exigências contidas no art. 30, II da Lei 8.666/93, visto que só através da exigência de comprovação da qualificação técnica para os serviços arrolados no Anexo IV é que será garantida a comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação



ISTO POSTO, REQUER:

- 1- Receba a presente impugnação por ser própria e tempestiva;
- 2- Seja julgada procedente a presente impugnação para que seja retificado o item 1.4.1, alíneas "a" e "b" do Anexo II (documentação para a habilitação) do CBC, excluindo, deste item a exigência de comprovação de execução de serviços de planejamento, organização e coordenação completa, exclusivamente, nos eventos de: **congressos, seminários, fóruns, comemorações empresariais, conferências, encontros empresariais, convenção, workshop, solenidades de inauguração ou posse, palestras**, exigindo das empresas licitantes tão somente a comprovação da qualificação técnica nos serviços descritos no Anexo IV, independentemente da natureza do evento nos quais os serviços foram executados.

Estes os termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2019.

FAÇA PRODUTORES LTDA
Kênio Pereira David
Diretor



ANEXO B

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

À

FAÇA PRODUÇÕES LTDA.

Sr. Kênio Pereira David

(31) 3313-1605

Referência: Concorrência Nacional NF 0032-19 - Serviços de Organização e Coordenação de Eventos Internos e Externos.

Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido indeferido

Inicialmente cumpre-nos esclarecer que a ITAIPIU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a Binacional (artigo III do Estatuto da ITAIPIU, Anexo III do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes. Neste contexto, a ITAIPIU possui procedimentos próprios para certames licitatórios que promove, disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPIU, adotando apenas e subsidiariamente a legislação brasileira e/ou paraguaia, conforme o caso, no deslinde das questões jurídicas que se apresentam, conforme consignado no subitem 1.2.2 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência em apreço. Portanto, as licitações realizadas pela ITAIPIU, diante da sua natureza jurídica peculiar, é regida por sua Norma Geral de Licitações, conforme consta do item 1.2.2 do já citado ato convocatório, não lhe sendo aplicável, portanto, a Lei brasileira nº 8.666/93.

Isso posto, passamos à análise da argumentação da Impugnante, que versa, em resumo, sobre limitação da participação do maior número possível de licitantes, devido às exigências constantes nas condições de Habilitação Técnica, do Anexo II, a qual prevê:

1.4 Habilitação Técnica

1.4.1 Para fins de comprovação da capacidade técnica, a proponente deverá comprovar aptidão, por meio da apresentação de Atestado(s) ou certificado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter o proponente:

a) executado os serviços de planejamento, organização e coordenação completa de 2 (dois) eventos com mais de 3.000 pessoas, sendo eles dentre as seguintes espécies:

congressos, seminários, fóruns, comemorações empresariais, conferências, encontros empresariais, convenção;

b) executado os serviços de planejamento, organização e coordenação completa de 4 (quatro) eventos com público de 1.000 a 3.000 pessoas, sendo eles dentre as seguintes espécies: seminários, fóruns, comemorações empresariais, conferências, encontros empresariais, convenção, workshop, solenidades de inauguração ou posse, palestras;

c) executado a produção e montagem de 2 (dois) estandes institucionais, com projeto elaborado com montagem especial de no mínimo 100 m2 em área externa.

d) executado a produção e montagem de 3 (três) estandes institucionais, com projeto elaborado com montagem especial de no mínimo 50 m2 em área interna.

e) certificado válido e atualizado no CADASTUR, emitido pelo Ministério do Turismo, na qualidade de "Organizadora de Eventos."

Alega a impugnante, em síntese, que:



Conforme se pode verificar na simples análise do texto, observa-se a exigência de comprovação de realização dos seguintes eventos: congressos, seminários, fóruns, comemorações empresariais, conferências, encontros empresariais, convenção, workshop, solenidades de inauguração ou posse, palestras.

Ocorre que os serviços a serem executados durante a realização dos eventos mencionados não são exclusivos de eventos de natureza corporativa, podendo os mesmos serviços ser executados em eventos de outras naturezas, tais como: esportiva, cultural e etc.

Observa-se que o ponto central da verificação da capacidade técnica não deve ser a natureza do evento em si, mas sim a capacidade das empresas licitantes de prestarem os serviços pormenorizadamente descritos no Anexo IV do edital de licitação.

Ou seja, deve a Licitante se ater à comprovação da expertise dos serviços descritos no Anexo IV, pouco importando a natureza do evento em si, já que o serviço a ser executado será sempre único.

Sobre essas alegações, refuta-se:

Quanto à expertise exigida para execução dos serviços:

Ao contrário do alegado pela Impugnante, a exigência das condições de habilitação presentes no certame não configuram ato investido de ilegalidade, uma vez que estabelecem condições mínimas e condizentes com o objeto do certame, que, a saber, são o planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação de eventos corporativos, e não a mera contratação dos serviços fornecidos subsidiariamente (por exemplo, contratação de garçom, eletricista, apresentador, etc.) para execução do objeto, conforme Anexo IV.

Neste contexto, ressalta-se que os serviços licitados são para atendimento exclusivo dos interesses da ITAIPU, o qual não abrangem eventos esportivos, folclóricos ou culturais. Por isso, o edital atém-se a exigir como requisito habilitatório experiências de execução de serviços compatíveis com o que se se deseja contratar, sendo inoportuno avaliar a prestação de serviços que não se encontram no escopo desta contratação, como é o caso de eventos esportivos, culturais e folclóricos. Sobre o tema, favor reportar-se à resposta 1 do Aditamento 2 desta licitação.

Quanto à delimitação da tipologia dos serviços neste certame, cumpre clarificar a definição de eventos corporativos/institucionais. São eventos corporativos ou institucionais *“aqueles que visam criar ou firmar o conceito e a imagem de uma empresa, entidade ou governo ou pessoa.”* (Britto e Fontes, p.134, 2006). Nisso, diferenciam-se de eventos esportivos, folclóricos e culturais pela abrangência, público, frequência, função e dimensão, pois a sua exclusiva preocupação é o atendimento aos objetivos estratégicos e a apresentação da imagem da empresa aos seus públicos de interesse.

Cumpre ainda ressaltar que a execução de eventos corporativos demanda conhecimento específico de atividades como cerimonial e protocolo, processos de secretaria, apoio a palestrantes, organização de plenárias, dentre outros, não sendo esses processos compatíveis aos executados em eventos folclóricos, culturais e esportivos.

Sobre a limitação ao maior número possível de interessados:



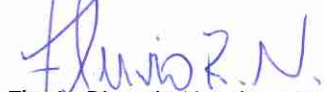
Não prospera o argumento exposto pela Impugnante de que a especialização exigida possa configurar-se como fator restritivo de concorrência, uma vez que o objetivo do certame é selecionar a proposta mais vantajosa para ITAIPU; e que, para tanto, é necessário estabelecer parâmetros razoáveis (de qualidade e quantidade) em consonância com o escopo do contrato. Tais parâmetros foram estabelecidos de acordo com a complexidade e peculiaridades dos eventos realizados pela ITAIPU, sendo que a proponente deve comprovar expertise na organização de eventos dessa natureza corporativa. Cabe ressaltar que a realização de eventos como esses é uma atividade temporal, específica e não passível de correção após a sua ocorrência, que pode impactar na imagem institucional da ITAIPU e sujeitar a CONTRATADA inepta às penalidades previstas no instrumento contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil.

Por fim, não prospera também o argumento de que as exigências habilitatórias limitam ou inibam a concorrência, uma vez que o mercado de eventos corporativos no Brasil é vasto e as especialidades requeridas por ITAIPU podem ser atendidas por um grande número de empresas sediadas no país.

Diante de todo exposto, ITAIPU delibera pela negativa ao provimento da Impugnação objeto desta análise, e mantém os critérios de habilitação técnica para seleção da proposta mais vantajosa para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação de eventos corporativos, incluindo a viabilização de infraestrutura e fornecimento de apoio logístico, para atendimento da ITAIPU, em todo o território nacional e eventualmente internacional, conforme detalhado nas Especificações Técnicas, Anexo III.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,



Flávio Ricardo Nascimento
Superintendente de Compras interino

Confirmo o recebimento:

(identificação e assinatura)

Data: ____/____/____